

<p><b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b></p> <p><i>(Valores expressos em Reais)</i></p> <p><b>1. Contexto operacional</b> O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto") é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede à Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.</p> <p>Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.</p> <p>O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês formalizou no ano de 2008, por meio de dois Convênios com a Secretaria Municipal da Saúde, o gerenciamento de três unidades de Assistência Médica Ambulatorial - AMA, sendo duas voltadas ao atendimento de urgências e emergências (AMA Peri-Peri e AMA Piauí) e, a terceira voltada ao atendimento ambulatorial especializado (AMA Especialidades Santa Cecília).</p> <p>Em 1º de outubro de 2008, por meio de Contrato de Gestão formalizado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, o Instituto assumiu a gestão e operacionalização do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus.</p> <p>Em 17 de abril de 2011 foi celebrado o Convênio com a Secretaria Municipal da Saúde, objetivando o gerenciamento de Equipes da Saúde da Família, em conformidade com o programa Estratégia da Saúde da Família - E.S.F.</p> <p><b>Hospital Geral do Grajaú</b> Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o contrato que formalizou com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o Contrato de Gestão adotado a gestão e operacionalização do Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú - Hospital Geral do Grajaú a partir de 1º de janeiro de 2012.</p> <p><b>Ame Interlagos</b> Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o Contrato de Gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão e operacionalização do Ambulatório Médico de Especialidades - AME Interlagos a partir de 1º de janeiro de 2012</p> <p><b>Lucy Montoro</b> Em 2 de maio de 2012 foi celebrado o contrato que formalizou com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o Contrato de Gestão, assumindo a gestão e operacionalização da Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim.</p> <p>Em função do Instituto ser responsável apenas pela gestão dos hospitais, os ativos imobilizados relacionados a esses hospitais ficam sob responsabilidade do ente público.</p>	<p><b>1.1 Plano da Administração Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Reestruturação 2014</b> O Balanço de 31 de dezembro de 2013 apresenta um Passivo Circulante superior ao Ativo Circulante, no valor de R\$ 15.566.511. Essa variação é oriunda do excesso do Passivo Circulante sobre o Ativo Circulante do ano anterior de R\$ 8.718.700, mais parte do déficit de 2013 de R\$ 7.338.912.</p> <p>Ressalta-se que o Instituto deixou de contabilizar receitas em 2013: do ESF, R\$ 7.622.743; e do PERI PERI, R\$ 6.720.496, que totalizariam R\$ 14.343.239, cujos repasses haviam sido aprovados pela Prefeitura Municipal e deveriam integrar o seu contas a receber. Entretanto devido à prática da Prefeitura Municipal em suspender os repasses não pagos dentro do ano, abrindo novos Termos Aditivos no ano seguinte cancelando os valores do passado, o Instituto optou por não reconhecer essas receitas e contas a receber. Caso houvesse o registro, o excesso de passivo circulante sobre o ativo teria diminuído para R\$ 1.223.272 e a demonstração de resultado do exercício apresentado um superávit de R\$ 7.004.327 ao invés de déficit de 7.338.912</p> <p>Outro aspecto importante é que, embora o patrimônio líquido negativo, a Administração entende que o Instituto é mero gestor e não tem responsabilidade objetiva pelos déficits, pois cabe ao Estado lhe repassar ou não as verbas acordadas. Há hipótese de o Instituto optar por rescindir os contratos e transferir os déficits ao Ente Público, não afetando a continuidade de suas operações.</p> <p>A seguir apresentamos as principais informações relacionadas aos planos da Administração.</p> <p>(*) O contrato de gestão do IRSSL com a Secretaria de Estado da Saúde - SES, para gerenciamento do Hospital Geral do Grajaú, teve seu valor revisto para o exercício de 2014, através do T.A. 01/2014, passando de R\$ 10.500.000 para R\$ 11.053.350 mensal;</p> <p>(*) O contrato de gestão com a Secretaria Municipal da Saúde, para gerenciamento do Hospital Municipal Menino Jesus, o IRSSL informa que a partir da competência Maio/2014 o valor mensal de custeio foi revisto, passando de R\$ 2.804.437 para R\$ 3.404.437;</p> <p>Outras providências adotadas têm como foco a gestão do Hospital Geral do Grajaú, onde, em conjunto com a equipe do hospital, estão sendo revistos os contratos, a extinção de alguns cargos/funções, bem como a revisão dos benefícios sociais aos colaboradores. Atualmente, estuda-se a realização de processos de compras centralizados dos itens de consumo com maior relevância, para que haja aquisição em maior escala e consequente negociações vantajosas junto aos fornecedores.</p> <p>Quanto às provisões para cobertura de possíveis perdas em processos cíveis e trabalhistas, decorrentes do antigo gestor do Hospital Geral do Grajaú no montante de R\$ 6.714.530, existe um acordo tácito com a SES que os processos transitados em julgado, com seus valores conhecidos, serão cobertos pela Secretaria, através de termo aditivo financeiro ao Instituto, não onerando o fluxo de recursos financeiros definido para o ano.</p> <p><i>Concomitante com estas ações, o IRSSL tem aprofundado ainda mais o conjunto de medidas, com vistas a sanear as finanças, conforme se segue:</i></p>	<p>Negociação com os fornecedores das dívidas, com parcelamento dos valores, sem inclusão de encargos e alteração do prazo de pagamento dos novos fornecimentos de insumo para 90 dias após a entrega dos materiais.</p> <p>A Administração do Instituto acredita que os planos acima mencionados trarão os benefícios esperados na equalização das obrigações de curto prazo e garantirão a continuidade das operações da Entidade.</p> <p><b>2. Base de preparação</b></p> <p><b>a. Declaração de conformidade</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, adotadas no Brasil.</p> <p>A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.</p> <p>A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho da Administração do Instituto em 24 de abril de 2014.</p> <p><b>b. Base de mensuração</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.</p> <p><b>c. Moeda funcional e moeda de apresentação</b> Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p><b>d. Uso de estimativas e julgamentos</b> A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.</p> <p>Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para contingências (Nota Explicativa nº 11) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 18).</p> <p><b>3. Principais práticas contábeis</b></p> <p>As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.</p>
---	---	--

<p><b>a. Caixa e equivalentes de caixa</b> Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.</p> <p>Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.</p> <p><b>b. Recursos vinculados a projetos</b> Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.</p> <p><b>c. Estoques</b> Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.</p> <p><b>d. Obrigações trabalhistas</b> Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.</p> <p><b>e. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes</b> Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.</p> <p>Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.</p> <p><b>f. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</b> O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.</p> <p><b>g. Apuração do resultado do exercício</b></p>	<p>As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.</p> <p><b>h. Receitas com trabalhos voluntários</b> As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.</p> <p><b>(i) Instrumentos financeiros</b></p> <p><i>Ativos financeiros não derivativos</i> O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.</p> <p>O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.</p> <p>Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.</p> <p>O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.</p> <p><i>Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado</i> Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p><i>Empréstimos e recebíveis</i> Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são</p>	<p>medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.</p> <p><i>Passivos financeiros não derivativos</i> O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.</p> <p>O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos, fornecedores e contratos de gestão e convênios.</p> <p>Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.</p> <p><b>4. Recursos vinculados a projetos - contrato de gestão e convênios</b></p> <table border="1" data-bbox="1262 1979 1842 2122"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e Bancos</td> <td>953.533</td> <td>760.304</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>8.149.000</td> <td>8.323.000</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>9.102.533</u></td> <td><u>9.083.304</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.</p> <p><b>5. Recursos a receber de projetos - contrato de gestão e convênios</b></p> <table border="1" data-bbox="1262 2346 1842 2729"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Hospital Geral do Grajaú</td> <td>11.359.049</td> <td>9.112.498</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Hospital Menino Jesus</td> <td>2.804.437</td> <td>2.000.332</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Matriz (E.S.F e Lucy)</td> <td>-</td> <td>1.561.431</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Lucy Montoro</td> <td>474.398</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - AMAS Peri-peri</td> <td>-</td> <td>925.852</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - AMAE Santa Cecília</td> <td>-</td> <td>853.603</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - AMA Interlagos</td> <td>1.074.392</td> <td>1.013.576</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>15.712.276</u></td> <td><u>15.467.292</u></td> </tr> </tbody> </table>		2013	2012	Caixa e Bancos	953.533	760.304	Aplicações financeiras	8.149.000	8.323.000		<u>9.102.533</u>	<u>9.083.304</u>		2013	2012	Recursos a receber de projetos - Hospital Geral do Grajaú	11.359.049	9.112.498	Recursos a receber de projetos - Hospital Menino Jesus	2.804.437	2.000.332	Recursos a receber de projetos - Matriz (E.S.F e Lucy)	-	1.561.431	Recursos a receber de projetos - Lucy Montoro	474.398	-	Recursos a receber de projetos - AMAS Peri-peri	-	925.852	Recursos a receber de projetos - AMAE Santa Cecília	-	853.603	Recursos a receber de projetos - AMA Interlagos	1.074.392	1.013.576		<u>15.712.276</u>	<u>15.467.292</u>
	2013	2012																																							
Caixa e Bancos	953.533	760.304																																							
Aplicações financeiras	8.149.000	8.323.000																																							
	<u>9.102.533</u>	<u>9.083.304</u>																																							
	2013	2012																																							
Recursos a receber de projetos - Hospital Geral do Grajaú	11.359.049	9.112.498																																							
Recursos a receber de projetos - Hospital Menino Jesus	2.804.437	2.000.332																																							
Recursos a receber de projetos - Matriz (E.S.F e Lucy)	-	1.561.431																																							
Recursos a receber de projetos - Lucy Montoro	474.398	-																																							
Recursos a receber de projetos - AMAS Peri-peri	-	925.852																																							
Recursos a receber de projetos - AMAE Santa Cecília	-	853.603																																							
Recursos a receber de projetos - AMA Interlagos	1.074.392	1.013.576																																							
	<u>15.712.276</u>	<u>15.467.292</u>																																							